

CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM: UMA ANÁLISE GEOHISTÓRICA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

PAULA ALVES DUARTE ¹

Introdução

Cada vez mais convencidos da necessidade de uma ciência interdisciplinar e transdisciplinar para explicar as relações entre cultura e natureza, as ciências humanas e exatas dialogam em busca da melhor correlação que podem fazer para preencher o que ainda está obscuro. Em se tratando, especificamente, da interação entre os processos sociais e a natureza ao longo do tempo, a interação e imbricação das diversas ciências oferece uma visão complexa dos fenômenos a qual não era possível anteriormente devido à fragmentação do conhecimento.

Como não há relações humanas dissociadas de seu meio ambiente, a proposta que emerge a partir do século XX permite que a maioria das disciplinas amplie seu viés de análise e incorpore novas teorias e temas em seus estudos. Isto se explica pela “emergência de um ‘ambientalismo complexo e multissetorial’ a partir da década de 1970, dotado de alto perfil na cena pública global, [que] representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea” (PÁDUA, 2010, p.01).

A partir da interlocução entre a Geografia Cultural e a História Ambiental construiremos nossa análise no ímpeto de investigar o que está ocorrendo com nossas unidades de conservação tendo, como exemplo, o Parque Municipal de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro. Pretendemos, desta maneira, refletir sobre o desenvolvimento da criação de unidades de conservação através da transformação da paisagem.

Acreditamos que as unidades de conservação são hoje mais do que áreas que preservam recursos naturais. Estas podem ser caracterizadas pelos diversos valores que carregam a partir de sua formação. Assim, classificaremos estas áreas como territórios

* Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professora substituta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ.

verdes, ou seja, fragmentos de natureza que delimitam ações, poderes e intencionalidades.

Porque conservar a natureza?

A necessidade da criação de territórios verdes se dá para delimitar fontes de biodiversidade ao longo do tempo. Verificamos através desta pesquisa, que estas ideias não são tão novas quanto imaginávamos, pois, já na Antiguidade, há relatos da criação ou delimitação desses territórios, assim como, na Idade Média Européia, a nobreza e cidadãos delimitavam áreas a fim de manter contínua reserva de bens naturais (THOMAS, 1988; BENSUSAN, 2006). No entanto, quando a sociedade ocidental chega ao século XX, grande parte das florestas e animais foram dizimados pelo desenfreado processo urbano e industrial que utilizava os bens naturais sem controle. É nesta lógica capitalista que o atual processo de criação de unidades de conservação se apóia para proteger a natureza sobrevivente.

De acordo com Primack e Rodrigues (2001, p.199), “a conservação de comunidades biológicas intactas é o modo mais eficaz de preservação da diversidade biológica como um todo”. Para os autores, por mais que tenhamos tecnologia e conhecimento, esta é a melhor maneira de se preservar espécies em larga escala já que não conseguimos manter vivo muitos animais em cativeiro. Os mesmos listam três formas de se preservar as comunidades biológicas: as áreas protegidas ou as chamadas unidades de conservação no Brasil, normas e medidas de conservação fora das áreas protegidas – como os acordos internacionais – e a restauração de comunidades degradadas.

Pointing (1995), em seu livro “Uma história verde do mundo”, tenta explorar o passado humano e descobrir como o meio ambiente formou a história humana, questionando-se quanto ao uso das fontes energéticas e o que os povos pensam do mundo que habitam. Desta forma, o historiador, consegue identificar várias perturbações ecológicas a partir da interferência antrópica:

Uma redução na vida selvagem e a extinção de espécies pode ser identificada em uma escala local, a partir do primeiro período das

colonizações humanas. No vale do Nilo, a extensão das áreas cultivadas, a drenagem constante dos pântanos e a caça organizada dos animais levaram à eliminação de muitas espécies originalmente nativas da região. No período do Antigo Império (2950-2350 a.C.), animais como os elefantes, os rinocerontes e as girafas desapareceram completamente. [...] Aproximadamente em 200 a.C., o leão e o leopardo estavam extintos na Grécia e nas regiões costeiras da Ásia Menor e os lobos e chacais ficaram confinados às remotas áreas montanhosas. [...] O auroque (o ancestral selvagem do gado moderno) foi um dos animais silvestres que sofreu particularmente com os desmatamentos. Foi extinto na Bretanha por volta de 2000 a.C., desaparecendo lentamente do resto do continente. [...] A águia-dourada ainda era encontrada em Derbyshire no início do século XVII e a raça de carneiros sem chifres, “cheviot”, no século XIX, mas hoje só é encontrado em regiões muito remotas dos planaltos escoceses. (POINTING, 1995, p. 266-269)

Na passagem acima, são demonstrados os níveis de extinção de espécies e que estas não ocorreram somente em períodos recentes. Há registros de grandes desaparecimentos provocados desde por fatores naturais ou até por intervenções humanas. Porém, gostaríamos de frisar a aceleração com que as espécies vêm desaparecendo e se extinguindo a partir da ampliação do processo produtivo e, conseqüentemente, da urbanização. Inúmeros cientistas, pesquisadores, organizações não-governamentais, órgãos públicos e a sociedade civil demonstram numericamente como este rápido processo da perda dos bens naturais está ocorrendo a nível planetário. Abaixo, selecionamos mais uma passagem que identifica este fato:

O desmatamento em grande escala já chega a 46% das matas primitivas da terra. Dos 62.200.000 Km² de florestas originais, somente 33.400.000 ainda cobrem a superfície do planeta. Todo ano, cerca de 170 mil Km² de mata simplesmente desaparecem, sendo a principal forma de desmatamento as queimadas de grandes áreas para o cultivo da agricultura e a prática da pecuária. A comercialização da madeira, a expansão dos centros urbanos, a construção de estradas e o extrativismo de interesse econômico são outros importantes motivos que levam à devastação. Segundo o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o Brasil é o recordista no mundo em desmatamento, sendo derrubados anualmente na Amazônia em torno de 15 mil Km² de floresta. (IBGE, 2010).

A partir dos índices apontados acima é fácil imaginar os motivos que incentivaram o aumento da criação de áreas naturais protegidas no final do século XX, caracterizando-as como o refúgio da avalanche capitalista. Porém, a atual consciência para com estas áreas surgiu tardiamente em relação a sua criação.

Segundo Bensusan (2006), as idéias de se poupar determinadas áreas naturais em detrimento de outras se iniciou por dois motivos: a defesa de lugares sagrados e/ou

mitológicos e a manutenção de estoques de recursos naturais estratégicos. Já no primeiro capítulo demonstramos, a partir de Thomas (1988), que havia no Reino Unido do final do século XVIII cidadãos interessados no retorno às terras selvagens em busca de regeneração espiritual. Até mesmo medidas de prevenção à falta de alimentos ou recursos naturais já haviam sido mencionadas na Idade Média. Outros exemplos de manutenção de áreas florestais constam de reservas reais de caça pelos assírios em 700 a.C. e no século III na Índia, estoques de madeira pelos romanos para a construção de navios e a destinação de porções florestais para reserva de recursos para os senhores feudais (BENSUSAN, 2006).

A grande diferença atual é que essas primeiras áreas citadas eram mantidas à parte do convívio público a fim de tornar constantes as reservas de alimentos, madeiras, caça, ou pela curiosidade, prestígio e respeito aos lugares considerados sagrados. Atualmente, necessitamos criar unidades de conservação para, teoricamente, perpetuar a biodiversidade da fauna e da flora assim como a manutenção do banco genético local. Outras finalidades também surgem a partir da preservação dessas áreas, como o turismo – fonte de recreação e lazer –, pesquisas científicas, manutenção da beleza cênica, atividades educativas e o desenvolvimento de práticas ecológicas.

É importante notar que essas ações fragmentadas de proteção de determinadas áreas e suas respectivas ideias não estão associadas somente ao desaparecimento e à extinção de espécies animais e vegetais, e muito menos surgiu com a Era Moderna e Contemporânea – dois momentos da história ocidental em que o avanço técnico-científico produziu impactos ainda maiores nos ecossistemas mundiais. Ao demonstrarmos que na Antiguidade já existiam intenções e princípios de manter áreas naturais menos devastadas não significa que lá estavam as atuais idéias de preservação. Portanto, não é nossa intenção demonstrar um censo preservacionista nem uma linearidade desde a Antiguidade, mas sim evidenciar que a ideia de se resguardar áreas naturais já existia, porém com finalidades e discursos diferentes.

Segundo Quintão (1983), as primeiras áreas protegidas foram estabelecidas pela aristocracia rural e pela realeza, garantindo a continuidade de seus recursos. Até mesmo alguns mosteiros e instituições religiosas possuíam suas próprias reservas como fonte de suprimento de madeira. Runte apud Davenport e Rao (2002) destaca que, por ser a caça a principal finalidade destas áreas, a origem da palavra parque – em francês e inglês

arcaico ‘parc’ – designava “uma área cercada de solo, ocupada por animais de caça, protegidos por ordem ou por concessão do rei” (idem, p.54). Já o termo contemporâneo de parque nacional² surgiu com o norte Americano George Catlin, em 1832, na defesa da criação do Parque de Yellowstone.

As ideias modernas de criação e manutenção de parque e áreas preservadas evoluíram desde o final do século XIX, quando o primeiro Parque Nacional foi oficialmente criado. É interessante observar que o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, tinha como objetivo “preservar suas belas paisagens ‘virgens’” (BENSUSAN, 2006, p. 13), ou seja, socializar o usufruto das belezas cênicas desse território (BRITO, 2003). Diegues (2004), se remetendo a Corbin (1989), nos lembra que a (re) valorização do mundo natural e selvagem conta com a participação dos escritores românticos, os quais procuravam na natureza selvagem a descoberta da alma humana, do paraíso perdido, da inocência infantil e do refúgio espiritual. É desse ideário romântico que a idéia de natureza selvagem, a ‘*wilderness*’, influencia a criação e o conceito de parque nacional dos Estados Unidos: áreas não habitadas, com grande beleza e valor estético, tidas como intocadas pelos homens.

Tanto no Brasil quanto no mundo, o aumento do número de áreas protegidas fez surgir várias dúvidas quanto à delimitação de seu tamanho, gestão, manutenção e a própria conservação de seus recursos. Além dessas questões internas, referentes às unidades, outros problemas surgiram como a polêmica questão fundiária, o avanço territorial do entorno da unidade por casas ilegais, os interesses políticos e até mesmo a invasão por caçadores.

Por isso, Coelho, Cunha e Monteiro (2009) nos esclarecem que o estabelecimento de unidades de conservação envolve, não só intencionalidade, mas principalmente estratégias ou territorialidade, já que a invenção de regras e normas condiciona o maior controle social, territorial e ambiental impostos à sociedade. Além disso, “a definição de unidades de conservação é parte das transformações [sociais e] de poder que induzem as mudanças dos comportamentos individuais e coletivos” daqueles

² Daremos ênfase ao conceito de parque nacional, pois nosso objeto de estudo se encaixa nesta categoria. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela lei 9.985/00, em seu Art. 11, § 4º, decreta que as unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

afetados direta ou indiretamente de sua constituição (COELHO, CUNHA, MONTEIRO, 2009, p.73).

Uma noção de território perante a abordagem ambiental.

Acreditamos que a análise territorial nos trará esclarecimentos tanto quanto ao uso, delimitação e criação das unidades de conservação, como também nos ajudará a refletir sobre as transformações socioambientais internas e externas às unidades. Em outras ciências, como a antropologia, este conceito também é muito utilizado para designar a forte relação espacial das populações tradicionais. Numa abordagem biológica, a constituição de um território está intimamente ligada à satisfação das necessidades básicas, ou seja, à questão de sobrevivência de muitas espécies que integram a complexidade de um ecossistema.

Devido às diversas abordagens e possibilidades de estudo conceituaremos território a partir do ponto de vista da ecologia da biologia

[...] como o espaço de interações dos subsistemas natural, construído e social, subsistemas que compõem o meio ambiente nacional, regional e local. O território não se entende apenas como entorno físico onde se desenrola a vida humana, animal e vegetal e onde estão contidos os recursos materiais, mas compreende também a atividade do homem que modifica esse espaço. É o chão mais a população, ou seja, uma identidade, o fato de pertencer àquilo que nos pertence. (SOARES, 2009, p. 62)

No entanto, como identificam Bonnemaïson e Cambrézy (1996), apud HAESBAERT (1999, p. 186), para a ciência geográfica este conceito é

Produto e produtor de identidade, o território não é apenas um “ter”, mediador de relações de poder (político-econômico), onde o domínio sobre as parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. O território compõe também o “ser” de cada grupo social, por mais que a sua cartografia seja articulada, sobreposta e /ou descontínua. Ao mesmo tempo prisão e liberdade, lugar e rede, fronteira e “coração”, o território de identidade pode ser uma prisão que esconde e oprime ou uma rede que se abre e conecta e um coração que emana poesia e novos significados.

Do ponto de vista geográfico, os diferentes valores atribuídos ao território ganham novas diretrizes a partir do século XX e das mudanças técnicas. O território não é mais e somente aquela categoria que carrega em si a idéia de poder e limites de fronteira. O território também nos permite analisar outros valores, símbolos e apreços,

até por que; numa perspectiva ligada ao meio natural, como os parques e reservas, é inegável a importância do simbolismo e da responsabilidade cultural na construção de identidades locais, regionais e /ou nacionais. Conservar os bens naturais deveria nos dar o sentimento de pertencimento perpétuo daqueles bens como patrimônio natural.

Numa visão mais ampla, correlacionando à apropriação de territórios com os bens naturais, Berta Becker (2008) nos assinala um novo parâmetro geopolítico que envolve o território e a constituição de unidades de conservação. Segundo a geógrafa,

No contexto da revolução tecnológica, configura-se a questão tecno(eco)ológica, envolvendo conflitos de valores quanto à natureza. O ar, a água, as florestas têm valor de existência como estoque de vida e condição de bem-estar. Simultaneamente, as novas tecnologias alteram a noção de valor até então associada a bens obtidos através do trabalho e a natureza passa a ser vista como capital de realização futura. A apropriação de territórios e ambientes como reserva de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, é uma forma de controlar o capital natural para o futuro, sobretudo o controle de biodiversidade, na medida em que é a fonte de conhecimento dos seres vivos, o que vale dizer, fonte de poder. (BECKER, 2008, p. 203).

Chegamos novamente ao ponto de motivação da criação das primeiras áreas naturais protegidas. Como visto no primeiro capítulo, quando os bens naturais começam a dar sinais de esgotamento, seus interessados promovem a delimitação de uma área para poderem usufruí-los ao longo do tempo.

Atualmente, o estabelecimento desses territórios verdes nos permite proteger não só os bens naturais, mas promover também outras motivações para a conservação da biodiversidade. Além das razões inegáveis da manutenção dos bens naturais, do banco genético, e dos motivos levantados tanto pela UICN como pelo SNUC³; Junior,

³ De acordo com o SNUC, Art. 4º, os principais objetivos das unidades de conservação são:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

Coutinho e Freitas (2009) ressaltam a motivação econômica e colocam como desafio para os estudiosos mensurarem a valor em si da diversidade biológica posto as novas descobertas tecnológicas. De acordo com os autores, se um bem natural traz diversas potencialidades como matéria prima, o mesmo poderá ter seu valor aumentado quando conservado. Ou seja, partindo do pressuposto de que nenhum bem natural é inesgotável e que daquele recurso produz-se riquezas, quanto não deverá valer a preservação deste recurso para que ele se mantenha contínuo e gerando novos valores?

Desta forma, as unidades de conservação podem ser consideradas, além de territórios de conservação, “territórios de vida, territórios de produção, territórios de pesquisa acadêmica” (COELHO, CUNHA E MONTEIRO, 2009, p.68), territórios genéticos, territórios turísticos e até mesmo territórios de poder. Essas duas últimas classificações não são qualidades intrínsecas de uma unidade quanto às demais expostas. Ou seja, todas as outras territorialidades são aspectos inerentes quando uma área protegida é criada, enquanto território turístico e território de poder são particularidades de algumas.

“Os ambientes naturais do passado”

“Chegou a hora de comprarmos um par de sapatos resistentes para caminhadas, e não poderemos evitar sujá-los com a lama dos caminhos” (Worster, 1991, p.198). Desta forma, damos prosseguimento à nossa pesquisa a partir da análise das transformações ocorridas em nosso objeto de estudo. A escolha de uma unidade de conservação não é à toa. De acordo com Oliveira (no prelo, p.7), “a ação das diversas sociedades modela o ambiente por meio de estabelecimentos de múltiplos territórios”, e por isso as florestas

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

também podem ser “percebidas como territórios, isto é, espaços vividos e apropriados pelas culturas que as utilizaram em diferentes épocas” (idem, p. 03).

A Baixada Fluminense, região onde se localiza o Parque Municipal de Nova Iguaçu (PMNI), mesmo sendo classificada como uma região inóspita, insalubre, de difícil acesso, antagônica aos desejos do homem e infestada de mosquitos e bactérias (LAMEGO, 1948), ainda consegue demonstrar sua riqueza e vitalidade perante os diversos cultivos e desmatamentos, machadadas e queimadas que sofreram.

Em uma região tão maltratada pela própria natureza e pelo avanço econômico, se renovou uma fantástica floresta. Pouco se fala das diversas intervenções até chegarmos ao atual estágio ecológico do PMNI e, por isso, muitas brechas históricas passaram despercebidas. Uma de nossas tarefas foi tentar preenchê-las através de jornais da época e da história oral local, a qual nunca tinha sido resgatada anteriormente. O que pudemos observar é que a história de vida das populações que residiam ou trabalharam no PMNI é a história da criação desta unidade.

No Parque Municipal de Nova Iguaçu, apesar dos problemas de datação quanto à posse das terras da unidade, para a natureza não importa quem são os donos da terra e sim as marcas que serão provocadas na construção de novas paisagens. Essas diversas territorialidades na floresta deixam vestígios da cultura material que nos ajudam a contar esta interação entre elas.

Dentre as atividades que mais alteraram a paisagem do PMNI, podemos destacar a Fazenda Dona Eugênia, uma relíquia da história do município de Nova Iguaçu construída no século XIX, o cultivo de gêneros agrícolas no início do século XX, como cana de açúcar, café, banana, maçã, entre outros; a construção do Clube Dom Felipe ou Cassino Dom Felipe no período em que as terras pertenciam ao Conde Modesto Leal (1912-1984). a pedreira São José, as carvoarias e locais de caça espalhados por toda área da unidade de conservação.

Todas essas atividades deixaram sinais que nos permitem analisar o processo de transformação e alteração atual dos remanescentes da mata atlântica, os quais foram possíveis diagnosticar através de entrevistas com ex-moradores da área, ex-caçadores, antigos funcionários do parque e atuais administradores.

De acordo com um ex-caçador e atual funcionário do parque, podemos dividir a história de preservação/devastação desta área em três momentos. O primeiro deles é o

período de funcionamento do clube, seu fechamento e a disputa entre o Governo Federal e o Município de Nova Iguaçu, até aproximadamente 1985, quando alguns sítiantes ocuparam lotes e construíram suas casas dentro do parque ou em seu entorno. Neste momento, o ex-funcionário relata que a preservação da gleba era muito mais eficiente, pois, mesmo com a pedreira em funcionamento, os funcionários do clube e os moradores ajudavam a preservar a floresta, visto a necessidade destes recursos para a sobrevivência destas famílias e a manter determinadas áreas vigiadas e bem cuidadas.

Além disso, muitas fazendas e chácaras existiam na região e ajudavam a manter a área protegida com a manutenção da pouca e precária infra-estrutura. De acordo com Mario, a região conhecida como ‘varginha’⁴, atual área da cratera do vulcão extinto, era constituída por quatro sítios, onde cada um produzia um gênero agrícola, entre eles laranja, abóbora, banana e maçã. O próprio Mario nos relatou que pegava escondido muitas frutas daquela região para sua família.

O segundo período identificado por Mário é aquele posterior à compra da área do Clube Dom Felipe pela Prefeitura de Nova Iguaçu. Com a desativação da pedreira e a destruição do Clube pelos militares, a região ficou totalmente abandonada, sendo reconhecida por atividades ilegais como cemitério clandestino, despejo de sucata de carros e trabalhos religiosos que sujavam a margem do rio D. Eugênia e muitas vezes queimavam pedaços da mata. O desmatamento também aumentou, pois ocorreram novas invasões de moradores e a falta de fiscalização permitiu a fácil retirada de lenha a metro para diversas finalidades.

O terceiro e último momento constitui a criação do Parque Municipal de Nova Iguaçu. Uma das primeiras ações no ato fundador desta unidade foi a retirada de barracos irregulares e ilegais que chegaram a devastar uma área de cinco hectares e a retirada das ferrugens de carros abandonados na entrada da pedreira (Jornal O DIA, 05/08/1999). Essas ocupações eram totalmente desprovidas de infra-estrutura urbana ou se localizam em encostas de risco e não tinham nenhum documento comprobatório de regularização. Algumas atividades que já existiam no cotidiano de algumas famílias que residiam na área da unidade foram proibidas. Embora mínimas, elas iam de

⁴“ Varginha é uma pequena varge, várgea, vargem ou várzea; isto é, uma pequena planície fértil no fundo de um vale. Conta-se que a aproximadamente 40-50 anos atrás, havia um lago, inclusive com pequenos peixes, mas que secou devido ao desmatamento e atuação da pedreira Vigné. Contudo, ainda são percebidos áreas mais úmidas de terra preta e até um riacho e uma pequena lagoa no verão, especialmente os de chuva mais intensa” (http://www.pmni.infotrilhas.com/lazer_Vulcao.html)

encontro com a legislação que regulariza a existência das unidades de conservação, pois na categoria de Proteção Integral é permitido somente o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Tais atividades eram desde a criação de galinhas até da presença de pequenos estabelecimentos comerciais (três pequenos bares que comercializavam lanches e bebidas). A unidade apresentava uma precária infra-estrutura e até o ano da implementação do plano de manejo não existia energia elétrica na área, que foi levada pela Prefeitura até a guarita do portão de entrada, aproveitando para instalar um telefone público.

Algumas destas paisagens, que registram tais momentos da história, foram fotografadas e permitem que tais resquícios de casas, plantações, e até mesmo sinais da carvoaria, nos demonstrassem a atuação humana na transformação da paisagem e que serão identificadas nos próximos trabalhos.

Nossa pretensão em continuar a estudar a história ambiental desta unidade de conservação está em adicionar um fator importante em sua preservação e demonstrar que apesar de todo desleixo e falta de assistência à natureza, esta continua existindo e resistindo às ações humanas. Os municípios competentes com a gestão desses territórios verdes não podem se comprometer com a preservação e não agir! Além do patrimônio natural, revelamos a importância do capital imaterial desta unidade, por vez desconhecido e não considerado como pertencente à história do PMNI. Encontramos, portanto, nestas pequenas ações e particularidades a grandiosidade que esta unidade representa nos níveis local e regional.

Os resultados preliminares desta pesquisa nos revelam a resistência local e a persistência na luta da preservação desta unidade e da antiga Gleba Modesto Leal. Os ex-moradores, ex-caçadores, funcionários e voluntários apresentam um profundo conhecimento do ambiente em que vivem, das espécies de plantas e animais que utilizavam em seu dia a dia. Todo este capital imaterial pode ser perdido pelo descaso que a área vem sofrendo através da falta de recursos materiais e humanos. Até os visitantes assíduos demonstraram nas entrevistas sua admiração e preocupação pelo parque.

As técnicas e atividades realizadas na área do Parque Municipal de Nova Iguaçu refletiram o modo de destruição da Mata Atlântica. Quando Pádua afirma que “o ato

fundador do Brasil, portanto, foi um projeto de exploração predatória da natureza – e este estigma está entranhado em seu próprio nome” (PÁDUA, 1987, p. 19), é inegável associá-lo com o processo de transformação que todas as unidades de conservação do Estado do Rio tiveram. Foi necessário desmatar grande parte desses ecossistemas, usufruir de seus bens naturais, poluir rios e quase tornar extinta a maior parte de nossa biodiversidade, para comprovar sua falta em seu próprio meio como bem indispensável à manutenção da vida.

Referência Bibliográfica

BECKER, Bertha K. A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOURG, Dominique (Direção). **Os Sentimentos da Natureza**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

BRODHAG, Christian. **As quatro verdades do Planeta: por uma outra civilização**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

BONNEMAISON, J., CAMBRÉZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. Géographies et Cultures (Le territoire) Paris: L'Harmattan / CNRS, 1996, nº 20. APUD HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDHAL, Z., CORRÊA, R. L.(Orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. 2ª edição – São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

COELHO, Maria Célia Nunes; CUNHA, Luis Henrique; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Unidade de Conservação: populações, recursos e Territórios. Abordagem da Geografia e da Ecologia Política. In: GUERRA, Antônio T., COELHO, Maria Célia

Nunes (ORG.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CONDE, Modesto Leal: factos e documentos. Rio de Janeiro: Officina da razão. Abr, 1918.

CORBIN, A, **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999

DAVENPORT, lisa; RAO, Madhu. A história da proteção: Paradoxos do passado e desafios do futuro. In: SPERGEL, Barry [et al.], TERBORGH, John [et al.] (Organizadores). **Tornando os Parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos.** Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** 4ª ed. – São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apóio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro.** – Niterói: EDUFF, 1997.

GUERRA, Antônio José Teixeira; COELHO, Maria Cecília Nunes (Orgs). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas.** 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R. L.(Orgs). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

IBAMA. Ecossistemas brasileiros: Mata Atlântica. Acesso em 21 mar. 2010. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/mata_atlantica.htm>

JUNIOR, Evaristo de Castro; COUTINHO, Bruno Henriques, FREITAS, Leonardo Esteves. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; COELHO, Maria Cecília Nunes (Orgs). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: Da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. **Revista Pilares da História**: Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 4 - número 6. 2006.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro (org). **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil. IN: **Ecologia e Política no Brasil**. Organizador José Augusto Pádua. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 24, nº68, p.81-101, 2010.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

QUINTÃO, Ângela Tresinari B. Evolução do conceito de Parque Nacional e sua relação com o processo de desenvolvimento. **Brasil Florestal**. Nº 54, Abr/Mai/Jun, 1983.

ROSENDHAL, Z., CORRÊA, R. L.(Orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

RUNTE, A. National Parks: The American Experience (Lincon, Neb.: University of Nebraska Press, 1997. apud DAVENPORT, lisa; RAO, Madhu. A história da proteção: Paradoxos do passado e desafios do futuro. In: SPERGEL, Barry [et al.], TERBORGH, John [et al.] (Organizadores). **Tornando os Parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. Da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

UICN - Unión Mundial para la Naturaleza, **Áreas Protegidas em Latinoamérica** - de Caracas a Durban: Un vistazo sobre su estado 1992 - 2003 y tendencias futuras, 2003.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.